



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1426/2023

DISPÕE SOBRE O PROJETO “ESCOLA SEM
MACONHA”. IMPLEMENTAR A
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS
MALEFÍCIOS DA MACONHA NAS ESCOLAS
DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

AUTOR: Vereadora Eliza

RELATOR: Vereador Odon Bezerra

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de lei proposto pela Vereadora Eliza, versando SOBRE O PROJETO “ESCOLA SEM MACONHA”. IMPLEMENTAR A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS MALEFÍCIOS DA MACONHA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Assim, compete a esta Comissão, nos termos do art. 211 e § 1º, do art. 42 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, elaborar parecer sobre todos os processos que envolvam elaboração legislativa e sobre os demais expressamente indicados no Regimento.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP

II – FUNDAMENTO:

Preliminarmente, em que pese a inquestionável nobreza da propositura, percebe-se que há óbice ao seu regular trâmite, dado que a presente matéria incursionou em domínio temático cujo exercício a Lei Orgânica Municipal outorgou, com privatividade, à atuação normativa do executivo, por meio do art. 30, IV:

Art. 30: Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e **atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.**

Vejamos os dispositivos presentes na propositura em comento que deixam claro a invasão de competência:

Art 1º- Passa a ser estímulo para os estabelecimentos de educação da rede pública municipal, da cidade de João Pessoa, o debate e conscientização dos malefícios da maconha, bem como os mecanismos para coibir sua comercialização e entrada em ambiente escolar.

Art 2º- A execução do disposto nesta lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa, em parceria com a Secretária de Segurança Urbana e Cidadania- SEMUSB, sendo admitida ainda, a participação da Guarda Municipal de João Pessoa e o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.

Parágrafo Único- A Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania acompanhará a execução desta lei em conjunto com a Guarda Municipal de João Pessoa.

Art 4º- O ensino poderá ser desenvolvido em qualquer data ao longo de todo o ano letivo, podendo ser realizados debates com os alunos, no mês de junho (mês em que se comemora, no dia 26, o dia Internacional de Combate às Drogas), no âmbito de uma programação específica e de valorização à data e ao tema abordado por esta lei, na conscientização dos malefícios da maconha.



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP

Parágrafo Único- O conteúdo referente às noções básicas sobre a Lei Federal Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 será ministrado no âmbito municipal da rede de ensino, inserido nos conteúdos através de atividades paralelas às disciplinas regulares.

Assim, em última análise, a presente propositura se arvora na ingerência do Poderes Administrativos, restando caracterizado assim violação a separação dos poderes previsto no artigo 2º, da Constituição da República, in verbis: “Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

A Separação de Poderes é um princípio basilar do Estado Democrático de Direito e considerado cláusula pétrea pelo art. 60, §4º, inciso III da Constituição da República, e visa justamente segregar as funções legislativas, concernentes a Câmara Municipal e a função de administrar, concernente ao Poder Executivo. Cumpre recordar aqui o ensinamento do renomado jurista Hely Lopes Meirelles:

“(…) Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante (...) todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art. 2º c/c o art. 31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário”.

Neste passo, a harmonia entre os Poderes Públicos descrita no art. 2º da Constituição da República se caracteriza pela consciente colaboração e controle recíproco, a fim de evitar distorções e evitar a usurpação de atribuições próprias dos Poderes da República.

O sistema, denominado pela doutrina de *check and balance*, visa harmonizar as relações institucionais, de modo que haverá desarmonia sempre que um dos Poderes exercer prerrogativas e faculdades em detrimento da competência do outro.

Resta cristalino, portanto, que a iniciativa de leis que disponham sobre as atribuições dos órgãos da Administração Pública, como é o caso, é exclusiva do Prefeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP

Outrossim, importante destacar que o Projeto de Lei em análise já foi objeto de apreciação em outra sessão legislativa, não tendo o mesmo logrado êxito na sua tramitação, conforme consta das informações junto ao sistema SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo:

[PLO 1198/2019 - Projeto de Lei Ordinária](#)

Ementa:

DISPÕE SOBRE O PROJETO "ESCOLA SEM MACONHA", IMPLEMENTANDO A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS MALEFÍCIOS DA MACONHA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Apresentação: 2 de Maio de 2019

Autor: Eliza Virgínia

Localização Atual: Secretaria Legislativa - SECLEG

Status: Arquivado

Data Fim Prazo (Tramitação):

Data da última Tramitação: 30 de Dezembro de 2020

Última Ação: ARQUIVADO.

[Texto Original](#)

Diante de todo o exposto, entendemos pela inviabilidade jurídica do Projeto de Lei em comento, por ferir o princípio da separação e harmonia entre os poderes (art. 2º, da CF).

Desse modo, **constata-se vício de iniciativa.**

Devido à referida constatação, resta prejudicada a análise dos demais aspectos legais e constitucionais da proposta.

Nessa esteira, como se vê, vislumbra-se a ocorrência de inconstitucionalidade subjetiva, motivo pelo qual esta relatoria opina pela rejeição da presente propositura.

III – CONCLUSÃO:


Ante o exposto, após a análise e em fundamento com o amparo legal e jurídico e das prerrogativas desta Comissão pertinente à matéria em apreço, esta relatoria emite parecer **CONTRÁRIO** ao projeto de lei 1426/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP

Salas das comissões, 17/11/2024


Odon Bezerra
Vereador – CIDADANIA




CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP

IV – PARECER DA COMISSÃO:

A comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo PARECER CONTRÁRIO ao Projeto de Lei Ordinária 1426/2023, em conformidade com o parecer do relator.

Salas das comissões, 17/11/2024


Odon Bezerra
Vereador – CIDADANIA

Thiago Lucena

Presidente

Bispo Luiz

Membro

Tarcísio Jardim

Vice-Presidente

Bosquinho

Membro

Durval Ferreira

Membro

Bruno Farias

Membro